

SOLENIIDADE DE POSSE NO CARGO DE DESEMBARGADOR

DISCURSO PROFERIDO PELO EMPOSSADO DESEMBARGADOR OTÁVIO AUGUSTO BARBOSA, EM 27.08.1992

Ontem – É a hora da evocação. Nascido em Andradas, plantada nas montanhas de Minas Gerais, a qual dedico neste momento o muito da minha saudade, menino, parti para o Rio de Janeiro. Niterói. Botafogo. Colégio Santo Inácio. 1960: ainda menino, graças a opção voluntária do meu pai, chegava à Brasília, Cidade Céu, Capital da Esperança, tão polemizada. Colégio D. Bosco. Esporte. Defelê. Rabelo. Guará. Universidade de Brasília. Advogado. Concurso para servidor deste Tribunal. Meu casamento com Maria Aparecida, inspiração e inspiradora, parte de mim mesmo. Dificuldades. Assessor do Desembargador Lúcio Arantes. Concurso para Juiz. Planaltina. 4ª Vara Criminal. Trabalho, muito trabalho. E, nestas andanças, amigos, bons amigos.

Hoje – A emoção, profunda emoção, de assumir, graças à indicação dos dignos componentes desta Corte, por ato do digno Presidente Luiz Claudio de Almeida Abreu, as funções de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Neste instante, revejo caleidoscopicamente, todo o ontem: a cidade crescendo, palco das grandes decisões nacionais como quis o seu fundador, esperança de milhares de pessoas que para aqui se dirigiram, problemas se avolumando, o trabalho incessante dos meus colegas Magistrados, dos membros do Ministério Público, dos advogados, tido visando a busca do aperfeiçoamento da distribuição da justiça. E revendo o passado, elevo, em primeiro lugar, a Deus a gratidão por este momento, por viver em Brasília, por ser, desde início, parte pequenina mas responsável pelo seu destino. Grato aos meus pais, irmãos e parentes que sempre me estimularam a seguir o caminho do bom e do justo. Grato a minha esposa, Maria Aparecida, inteligente, culta e sobretudo companheira inexcedível. Grato aos meus filhos Rodrigo e Frederico que tanto me apóiam e que tantas alegrias me dão. Grato pela estima de Magistrados, de todas as instâncias, que tanto me estimulam e servem de exemplo. Olhando ainda o ontem, relembro meu pai, quando da sua aposentadoria, membro que foi desta egrégia Corte, a me dizer que durante dez anos advogou, durante dez anos foi membro do Ministério Público, durante dez anos foi a Magistrado e, na oportunidade, me falou sobre a visão que, em cada uma dessas épocas, tinha sobre a responsabilidade destes setores pela exata distribuição da justiça. Tenho para mim que neste tripé, no bom e correto desempenho dessas importantíssimas atividades, está, primacialmente, o sustentáculo da harmonia social, todos participando da busca da verdade,

sem radicalismo, sem corporativismo, sem preconceitos, sem vaidades. Se na lei de introdução ao Código Civil, no seu art. 5º, está esculpido o basilar e fundamental preceito e princípio de que na aplicação da lei o Juiz deverá atender aos fins sociais a que ela se destina e às exigências do bem comum, inequívoco será declarar, também, que este princípio, este preceito, este dever se impões a todos (na advocacia ou no Ministério Público) que deverão adotá-lo nos seus pleitos ou até mesmo antes de propô-los. Não se pode ignorar que vivemos dias tumultuados. Divergências, antagonismos, radicalização de posições nos vários setores sociais, crise econômica, recessão, juros reais exorbitantes, má administração de renda, a violência substituindo o bom-senso, tudo indicando que se é importante a atuação do Poder Judiciário, mais se avulta a importância da sua atuação nestes instantes, atuação que deverá ser serena, moderada, objetiva, visando contribuir com eficácia para a paz social tão necessária à boa convivência humana.

Hoje, ainda quero salientar que estou convencido da alta responsabilidade de ocupar a vaga deixada pelo eminente e saudoso Desembargador José Manoel Coelho. Mineiro de boa estirpe, ponderado, culto, ele se impôs como exemplo de Juiz íntegro e competente. Há pouco esta Corte prestou-lhe as justas homenagens às quais me associei e, hoje, especialmente, as renovo e referendo. Hoje, ainda, agradeço ao ilustre Desembargador que me saudou, Diocleciano de Queiroga, eminente e querido colega, a quem aprendi a admirar pela proficiência e brilho ao distribuir e fazer justiça. Suas palavras elogiosas, que atribuo aos laços de amizade que nos unem, recebo-as emocionado. Servirão como norte nesta nova caminhada que ora se inicia.

Hoje, ainda, presto minha homenagem e gratidão à Universidade de Brasília, onde hauri conhecimentos que me levam a ser o primeiro advogado formado pela universidade a ingressar neste colendo Tribunal de Justiça como Desembargador.

Hoje, presto, ainda, minha homenagem aos dignos servidores da 4ª Vara Criminal da Circunscrição Judiciária de Brasília, capitaneados pelo diligente e sempre solícito diretor de Secretaria, Dr. João Pereira, que me acompanharam durante estes últimos nove anos de atividade laborativa na difícil arte de julgar.

Amanhã – Todo meu esforço seta no sentido de ser digno da egrégia corte a que passo a pertencer, deste Tribunal que procura vencer e dar solução ao grande problema, sempre novo, mas de cabelos brancos, que é o da demora e do lento arrastar dos processos. Se, como salienta Ebert Chamoun, as decisões em causas complexas, como soem ser muitas delas, precisam ser amadurecidas, refletidas, com a apreciação equilibrada dos argumentos e alegações, visando a busca da verdade científica e, sobretudo, da verdade humana; se uma

certa demora é justificável em muitos casos onde o açoitamento e a improvisação poderão irremediavelmente viciar as sentenças, aviltando a função de julgar, há casos e causas que podem ter desfecho mais rápido. Se a tecnologia e a cibernética podem prestar excelente colaboração no andamento processual e no campo da informação rápida, elas jamais poderão, principalmente no campo jurisdicional, substituir a atividade principal do Juiz, a de decidir. A este, pelo seu esforço, dedicação ao trabalho, caberá sempre agilizar a distribuição de justiça. Por isso mesmo, guardo, no amanhã, a esperança de que, complementando os quadros instituídos pela recente lei de organização judiciária, matéria de essencial prioridade; dotado o Poder Judiciário dos recursos indispensáveis, cada vez mais exigidos na medida em que avulta o número de desavenças e conflitos em virtude do crescimento ciclópico do Distrito Federal; confiado na magnífica qualidade dos Juízes que integram a Justiça da Capital da República, a meta de uma distribuição de justiça, cada vez mais correta e a tempo, função primordial do Estado, será alcançada, tornando Brasília também, cada vez mais, a cidade profetizada por D. Bosco, pois como salientou Soares de Pinho, em excelente monografia:

“Fazer Justiça não é , também somente dar a cada um o que é seu. É isto, mas a tempo e a hora.”

Amanhã – Continuo a olhar para o futuro cheio de esperança. Havendo o culto da verdade, se Thémis for a voz da credibilidade, nosso País terá o destino sonhado. A nós, Magistrados, cabe, em grande parte, a responsabilidade para atingir tal fim. Ao invés de amaldiçoar a escuridão, como reza o ensinamento bíblico, devemos sempre acender a vela da esperança, e, no nosso caso, da distribuição serena da justiça!

E agora, voltando ‘ao hoje’, por perfeitas e atuais as expressões, concluiu, em 1972, o Magistrado Soares de Pinho, em sua oração:

“Delegados dos nossos compatriotas, para velar pelo cumprimento da lei, corrigir injustiças, assegurar o gozo pacífico do trabalhador honesto, punir os transgressores, proteger o patrimônio moral e material dos que recorrem ao Judiciário, dos incapazes, dos desprotegidos, repitamos e cumparamos, diuturnamente, o compromisso assumido quando da investidura mais nobre que ao homem pode ser conferida – a de julgar –, cômicos de que estamos praticando, ainda que deficientemente (acrescentaria, por sermos humanos), o ato mais grave, honroso e oneroso que só é perfeito quando exercido por Deus, Juiz dos povos e dos Juízes.”

Muito obrigado.